

Organização Mundial da Saúde

Relatório Anual

Angola 2025



Organização
Mundial da Saúde
Angola

Organização Mundial da Saúde

Relatório Anual

Angola 2025



**Organização
Mundial da Saúde**
Angola

Índice

Índice	v
Acrónimos	vi
Prefácio	viii
Sumário Executivo	ix
1. Garantir o Acesso à Saúde	8
1.1. Fortalecimento da capacidade de regulação farmacêutica	8
1.2. Contas Nacionais de Saúde	9
1.3. Saúde Materna, Neonatal e Reprodutiva	9
1.4. Fortalecimento da Resposta Nacional à Resistência Antimicrobiana	12
1.5. Imunização	14
1.6. Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis	14
1.7. Erradicação da Doença do Verme da Guiné	16
2. Proteger a Saúde	19
2.1. Resposta ao Surto de Cólera	19
2.2. Resposta ao Surto de Pólio	22
2.3. Reforço das Capacidades de Preparação para Emergências	25
2.4. Preparação para Doenças Virais Hemorrágicas	25
3. Promover a Saúde	26
3.1. Combate ao Tabagismo	26
3.2. Segurança Rodoviária e Consumo de Álcool	26
3.3. Promoção da Saúde e Mobilização Comunitária	27
3.4. Desparasitação Escolar	27
4. Desempenhar a Saúde	29
4.1. Parcerias Estratégicas para a saúde	29
4.2. Comunicação Estratégica para a Saúde	30
5. Governança em Saúde	34
5.1. Recursos Humanos	35
5.2. Formação e Desenvolvimento do Pessoal	35
6. Agradecimentos	36

Acrónimos

ADECOS	Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
AMS	Assembleia Mundial da Saúde
ARMED	Agência Reguladora de Medicamentos e Tecnologias de Saúde
CDC Africa	Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças
CDC USA	Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos da América
COESP	Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública
CSMI	Caderno de Saúde Materno-Infantil
DCNT	Doenças Crónicas Não Transmissíveis
DNSP	Direcção Nacional de Saúde Pública
DTN	Doenças Tropicais Negligenciadas
ECHO	Protecção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária Europeias
ENI	Estratégia Nacional de Imunização
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
Gavi	Aliança Global para Vacinas e Imunização
GPEI	Iniciativa Global de Erradicação da Poliomielite
GOARN	Rede Global de Alerta e Resposta a Surtos
HPV	Papilomavírus Humano
IIMS	Inquérito Integrado de Indicadores Múltiplos e de Saúde
INIS	Instituto Nacional de Investigação em Saúde
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
JUCARENTE	Associação Juvenil de Apoio aos Jovens Carentes
LQAS	Método de Avaliação da Qualidade por Lotes
MINSA	Ministério da Saúde
Mpox	Doença causada pelo vírus da varíola

MSD	Departamento de Saúde Mental, Saúde Cerebral e Uso de Substâncias da OMS
nOPV2	Nova Vacina Oral contra a Poliomielite tipo 2
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PFA	Paralisia Flácida Aguda
PEN-OMS	Plano OMS para intervenções essenciais em doenças crónicas não transmissíveis nos cuidados de saúde primários
POPs	Procedimentos Operacionais Padrão
RAM	Resistência antimicrobiana
RDC	República Democrática do Congo
SAFER	Iniciativa da OMS para reduzir os danos relacionados com o consumo de álcool, incluindo segurança rodoviária
SBP-NL	Rede de Vigilância e Preparação Biomédica – Países Baixos
SRMIA-N	Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil, do Adolescente e Nutricional
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPRA	Universidade Privada de Angola
VDPV2	Vírus da Poliomielite Derivado da Vacina tipo 2
WASH	Água, Saneamento e Higiene

Prefácio



Em 2025, ao assumir as funções de Representante da OMS em Angola, tive a oportunidade de testemunhar de perto a força da liderança nacional, o compromisso dos profissionais de saúde e o impacto transformador da ciência quando colocada ao serviço das pessoas.

Este Relatório Anual reflecte um ano de desafios complexos, marcado por emergências sanitárias exigentes, mas também por avanços estruturantes que reforçaram o sistema de saúde e afirmaram a saúde como um pilar central do desenvolvimento. Em momentos críticos, Angola demonstrou capacidade de resposta, resiliência e visão estratégica, apoiada por comunidades mobilizadas e parcerias sólidas.

Os progressos alcançados em áreas como a resposta a surtos, a expansão da vacinação, o reforço da vigilância e a melhoria da saúde materna e infantil evidenciam o valor do trabalho conjunto entre o Governo, os parceiros e a OMS. Estes resultados são, sobretudo, fruto do empenho incansável dos profissionais de saúde e das equipas no terreno, a quem expresso o meu profundo reconhecimento.

Este ano decorreu também num contexto de cortes severos no financiamento global da saúde, com impacto directo nas operações da OMS, incluindo uma redução significativa da força de trabalho. Estas circunstâncias exigiram escolhas difíceis e uma adaptação contínua, sendo justo reconhecer o contributo dos colegas que se reformaram ou deixaram a Organização.

Olhando para o futuro, os desafios permanecem claros: acelerar a redução da mortalidade evitável, fortalecer os cuidados de saúde primários, proteger as populações mais vulneráveis e reforçar a segurança sanitária. Com liderança, solidariedade e compromisso contínuo, Angola tem todas as condições para avançar de forma decisiva rumo à Cobertura Universal de Saúde e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Convido todos os parceiros e actores nacionais a continuarem este percurso connosco. Juntos, podemos garantir que cada criança, cada mulher e cada família tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, hoje e no futuro.

Boa leitura.

Dr Indrajit Hazarika
Representante da OMS em Angola

Sumário Executivo

Em 2025, Angola enfrentou desafios sanitários significativos, incluindo surtos de cólera, poliomielite e sarampo, num contexto marcado por vulnerabilidades estruturais e elevada pressão sobre o sistema de saúde. Em paralelo, registaram-se progressos relevantes que reforçam a trajectória do país rumo à Cobertura Universal de Saúde, com o apoio técnico contínuo da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A resposta às emergências de saúde pública foi um dos pilares do ano. Mais de três milhões de doses da vacina oral contra a cólera foram administradas, contribuindo para a redução da taxa de letalidade para 2,4%, apoiada por uma forte mobilização comunitária que envolveu mais de 1 175 líderes religiosos e comunitários. No domínio da poliomielite, 6,8 milhões de crianças foram vacinadas, alcançando coberturas superiores a 95%. Em paralelo, a operacionalização do Centro Nacional de Operações de Emergência em Saúde Pública e de seis centros regionais reforçou a capacidade de resposta rápida e coordenada.

Na área da saúde materna e infantil, observaram-se avanços mensuráveis, com a redução da mortalidade neonatal de 24 para 16 por mil nados-vivos e da mortalidade materna de 239 para 170 por 100 mil nados-vivos. Estes resultados reflectem investimentos nos cuidados pré-natais, na assistência qualificada ao parto, na actualização de protocolos e na capacitação dos profissionais, bem como iniciativas inclusivas, como a introdução do Caderno de Saúde Materno-Infantil em braille.

A vacinação contra o HPV constituiu um marco histórico, protegendo 1,26 milhões de raparigas contra o cancro do colo do útero e posicionando Angola como referência regional na implementação da Estratégia Global de Eliminação desta doença. Em paralelo, no domínio das doenças tropicais negligenciadas, Angola manteve-se sem casos humanos de dracunculose há quase seis anos, sustentando os progressos através de vigilância activa, acesso à água potável e mobilização comunitária.

Persistem, contudo, desafios relevantes. A malária continua a ser a principal causa de morbilidade e mortalidade em Angola, representando uma pressão constante sobre o sistema de saúde, em particular nas populações mais vulneráveis. A tuberculose mantém igualmente uma carga elevada, exigindo maior aceleração do diagnóstico, cuidados centrados no doente e uma integração mais efectiva nos cuidados de saúde primários. As doenças crónicas não transmissíveis assumem também um peso crescente, tendo a OMS apoiado a actualização de normas clínicas e a elaboração de planos estratégicos nas áreas da saúde mental, do álcool, do tabaco e de outras drogas, com enfoque na prevenção e na integração dos serviços.

No plano institucional, a OMS apoiou o fortalecimento da regulação de medicamentos e tecnologias de saúde, com vista ao alcance do nível 3 de maturidade regulatória até 2027, e iniciou a actualização das Contas Nacionais de Saúde 2020–2023, reforçando o planeamento baseado em evidência. A comunicação estratégica desempenhou igualmente um papel central, com campanhas digitais de grande alcance e a criação de plataformas que reforçaram a literacia em saúde e a confiança pública.

Apesar dos progressos, Angola continua a enfrentar desafios estruturais, incluindo mortalidade materna e infantil ainda elevada, lacunas na cobertura vacinal, em particular entre crianças zero-dose, insegurança alimentar e elevada exposição a emergências sanitárias. Enfrentar estes desafios exige acção contínua, inovação e investimentos sustentáveis.

Sob o lema do Dia Mundial da Saúde, “Começos Saudáveis, Futuros Esperançosos”, a OMS reafirma o seu compromisso de apoiar Angola para garantir que todas as crianças, mulheres e famílias tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade desde o início da vida, acelerando o progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.



O Presidente da República de Angola, João Lourenço, em encontro com o Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante a 78.ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra.

Participação de Angola na 78.^a Assembleia Mundial da Saúde reforça compromisso com a saúde global



Presidente da República de Angola, João Lourenço, discursa na 78.^a Assembleia Mundial da Saúde.

Em 2025, Angola reafirmou o seu compromisso com a saúde global e com o fortalecimento da OMS através da participação de Sua Excelência o Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, na 78.^a Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra.

Na qualidade de Presidente da União Africana, o Chefe de Estado angolano realizou uma intervenção de alto nível no principal fórum mundial de governação da saúde, transmitindo a posição comum do continente africano sobre os desafios actuais e futuros da saúde global. A sua intervenção destacou a centralidade da OMS na coordenação das respostas a emergências sanitárias, no reforço dos sistemas de saúde e na promoção da equidade no acesso aos cuidados de saúde.

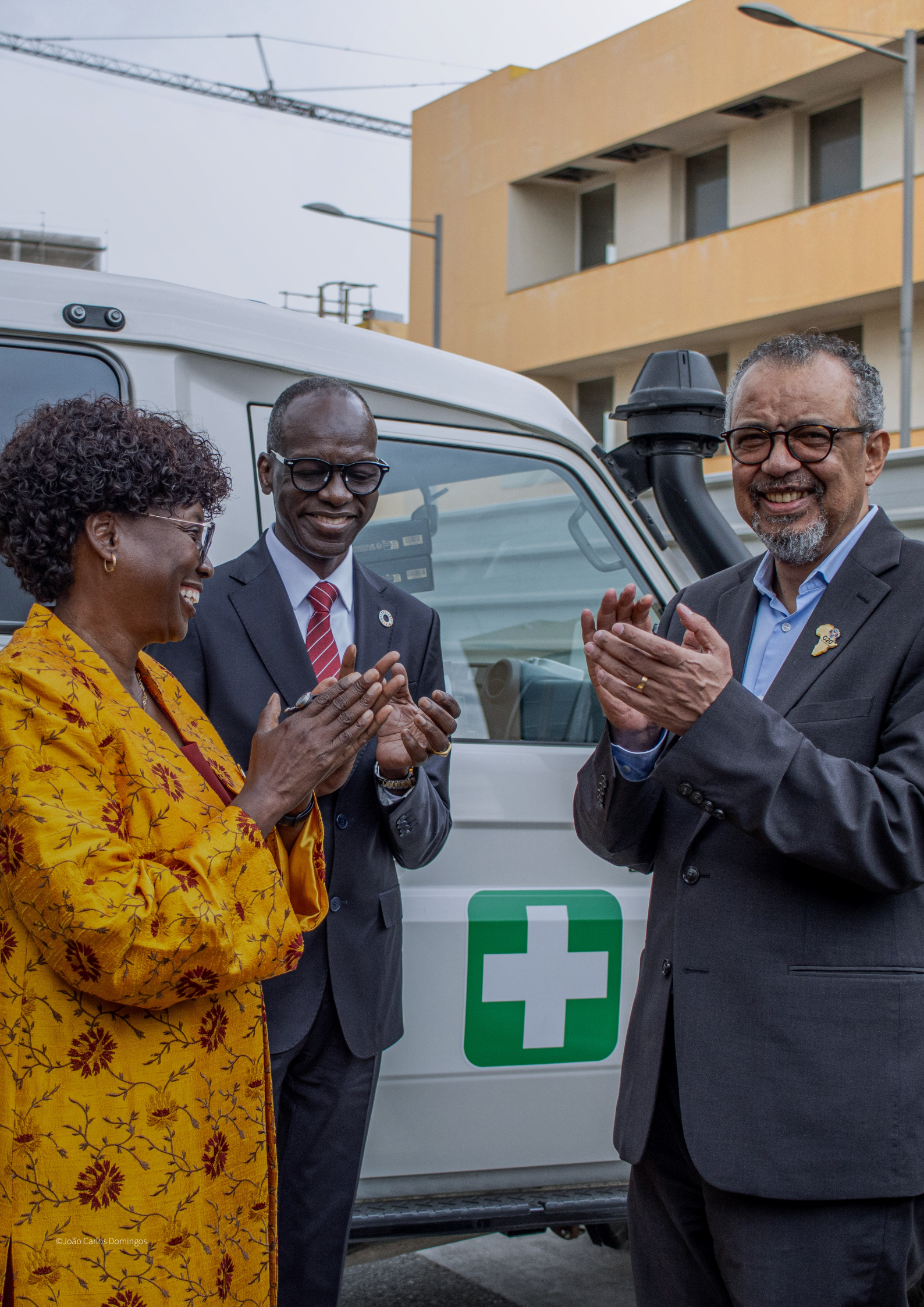
O Presidente Lourenço sublinhou a necessidade de assegurar um financiamento mais sustentável, previsível e adequado para a OMS, de modo a reforçar a sua independência institucional e a sua capacidade de planear e responder eficazmente a crises sanitárias, pandemias e desafios estruturais. Esta posição está alinhada com os esforços em curso no âmbito do WHO Investment Round, que visa garantir recursos estáveis para a implementação do mandato da Organização.

A participação de Angola na AMS78, ao mais alto nível político, reflecte o interesse estratégico do país na agenda da saúde global, no multilateralismo e no reforço da cooperação internacional. Reafirma igualmente o papel de Angola como um parceiro activo da OMS e como voz influente de África na definição de prioridades globais de saúde.

Este engajamento contribui para consolidar a parceria entre Angola e a OMS e para posicionar a saúde como um pilar central do desenvolvimento sustentável, da estabilidade social e da cooperação entre os Estados-Membros.

A Assembleia Mundial da Saúde (AMS) é o órgão decisório máximo da Organização Mundial da Saúde. É responsável por definir as políticas globais de saúde, aprovar o programa de trabalho e o orçamento da Organização.

A AMS reúne-se anualmente em Genebra, Suíça, juntando delegações de todos os Estados-Membros, parceiros e observadores, num espaço de decisão estratégica para o futuro da saúde pública mundial.



Director-Geral da OMS e Director Regional para África visitam Angola



O Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, e Director Regional da OMS para África, Dr. Mohamed Yakub Janabi, reúnem-se com o Ministério da Saúde de Angola.

Entre 24 e 28 de Novembro de 2025, Angola recebeu a visita do Director-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, e do Director Regional para África, Dr. Mohamed Yakub Janabi, no âmbito da 7.ª Cimeira União Africana-União Europeia. À margem da Cimeira, o Dr. Tedros reuniu-se igualmente com o Presidente da República de Angola, reforçando o diálogo de alto nível sobre saúde e cooperação internacional.

Durante a missão, a delegação reuniu-se com a Ministra da Saúde, Dra. Sílvia Lutucuta, para discutir prioridades como o financiamento sustentável, a expansão dos cuidados de saúde primários, a modernização dos sistemas de informação e o desenvolvimento dos recursos humanos. A OMS procedeu também à entrega de uma ambulância e 30 computadores, financia-

dos pela União Europeia, destinados a reforçar os cuidados de saúde primários e o Sistema Nacional de Informação em Saúde.

A visita incluiu deslocações a unidades de saúde, com destaque para serviços de vacinação contra o HPV, saúde comunitária e o Centro Vangulula da Maternidade Azancot de Menezes, referência nacional no tratamento da fístula obstétrica. A missão contribuiu para consolidar a parceria estratégica entre a OMS e o Governo de Angola no fortalecimento do sistema nacional de saúde e na preparação para desafios futuros.



O Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Ghebreyesus, e o Director Regional da OMS para África, Dr. Mohamed Yakub Janabi, visitam o Hospital Materno Infantil Dr Manuel Pedro Azancot de Menezes.



O Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Ghebreyesus, sede entrevista para a imprensa durante a visita ao Hospital Materno Infantil Dr Manuel Pedro Azancot de Menezes.

Introdução da Vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV)

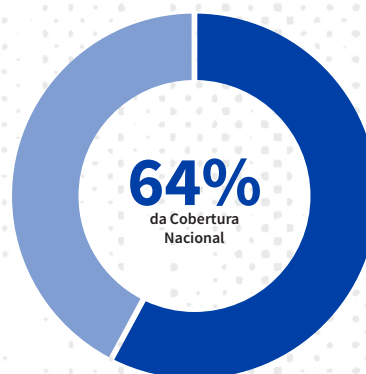


Menina a ser vacinada durante o acto de lançamento da campanha de vacinação contra o cancro do colo do útero, no Namibe.

Em 2025, Angola lançou uma das maiores campanhas de saúde pública da sua história com a introdução da vacinação contra o papilomavírus humano (HPV), principal causa do cancro do colo do útero. A campanha, realizada entre 27 de Outubro e 7 de Novembro, teve como objectivo proteger mais de dois milhões de raparigas dos 9 aos 12 anos, alinhando o país com a Estratégia Global para a Eliminação do Cancro do Colo do Útero, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e a Cobertura Universal de Saúde.

Para assegurar uma cobertura mínima de 70%, foram mobilizadas 1 667 equipas do Programa Alargado de Vacinação, que actuaram em escolas, unidades de saúde e comunidades, garantindo o acesso gratuito à vacina em dose única, conforme as directrizes da OMS. A estratégia baseou-se em microplaneamento, logística da cadeia de frio e comunicação de risco e envolvimento comunitário, com forte apoio político e o envolvimento do Sistema das Nações Unidas e de parceiros, incluindo a OMS, o UNICEF, o PNUD, a Gavi, a União Europeia e o Banco Europeu de Investimento.

A campanha alcançou 1,26 milhões de raparigas, correspondendo a 64% da cobertura nacional, com províncias como Moxico, Benguela e Lunda-Sul a registarem coberturas superiores a 90%. Para além da protecção imediata, a iniciativa reforçou o papel das escolas como plataformas de saúde pública e estabeleceu uma base sólida para futuras intervenções de prevenção oncológica e de saúde da mulher.



Cobertura Alcançada

Angola aprova a Estratégia Nacional de Imunização 2026-2030



© João Carlos Domingos

Campanha de Vacinação contra a Póliomielite na província do Icolo e Bengo, município do Calumbo.

Angola formalizou a nova Estratégia Nacional de Imunização (ENI) 2026-2030, um instrumento orientador que reforça o compromisso do país com a protecção da saúde infantil e o fortalecimento do Programa Alargado de Vacinação.

Elaborada de forma participativa e baseada em evidências, a ENI coloca a equidade, a sustentabilidade e a integração dos serviços de vacinação no centro da agenda da saúde pública em Angola. A OMS desempenhou um papel essencial na sua construção, fornecendo apoio técnico em todo o processo, desde a análise situacional, definição de prioridades e projecção de necessidades, até à revisão final do quadro de monitorização.

A Estratégia estabelece metas nacionais ambiciosas e realistas, incluindo atingir 90% de cobertura vacinal até 2030, reduzir para menos de 5% o número de crianças com zero doses, manter Angola livre do poliovírus selvagem, eliminar o tétano neonatal e alcançar as metas de eliminação do sarampo. Para isso, aposta no fortalecimento da cadeia de frio, na melhoria do financiamento sustentável, na formação contínua dos recursos humanos e no reforço da vigilância epidemiológica e da resposta a surtos.

1º Fórum Nacional dos Hospitais



Bastonária da Ordem dos Médicos de Angola, Jovita André; o Secretário de Estado para a Área Hospitalar, Leonardo Europeu; a Ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta; o Representante da Organização Mundial da Saúde em Angola, Indrajit Hazarika; e o Director Nacional dos Hospitais, Hernane Quintas, durante o 1.º Fórum Nacional dos Hospitais.

Em Novembro de 2025, Angola realizou o I Fórum Nacional dos Hospitais, um marco no reforço da qualidade e integração do Sistema Nacional de Saúde. O Fórum, organizado pela Direcção Nacional dos Hospitais sob a supervisão da Ministra da Saúde contou com o envolvimento da OMS desde a fase de planeamento, reunindo gestores hospitalares, profissionais de saúde, académicos e parceiros.

Sob o lema “Cuidar com Qualidade, Inovar e Liderar com Evidência”, foram debatidos eixos estratégicos centrais, incluindo a articulação com os cuidados primários, a segurança do doente, a informação hospitalar e a certificação e acreditação dos serviços. A OMS em Angola destacou o papel dos hospitais na prestação de cuidados seguros e na resposta a emergências sanitárias, reafirmando o seu apoio à implementação das recomendações do Fórum.

Entre as principais orientações acordadas destacam-se o reforço da monitorização hospitalar, a uniformização do registo digital de dados e a implementação faseada de processos de certificação e acreditação, consolidando um compromisso conjunto do Governo de Angola e da OMS com serviços hospitalares de qualidade e centrados nos cidadãos.



Dr. Tomás Valdez, coordenador de políticas e sistemas de saúde da OMS, durante o 1.º Fórum Nacional dos Hospitais.



A Directora Executiva da Gavi, a Aliança das Vacinas, Sania Nishtar, durante visita a uma unidade sanitária no município de Viana, em Luanda.

Gavi reforça cooperação estratégica com Angola

Em Novembro de 2025, Angola recebeu a visita oficial do Gavi, a Aliança de Vacinas, liderada pela sua Directora Executiva, Dra. Sania Nishtar, para reforçar a cooperação estratégica no domínio da imunização e alinhar prioridades para o ciclo 2026–2030. A missão incluiu encontros de alto nível com a Ministra da Saúde, parceiros das Nações Unidas, incluindo a OMS, o UNICEF e o Banco Mundial, e uma reunião com o Presidente da República, reafirmando o compromisso político com a imunização.

A agenda integrou uma visita de campo a unidades sanitárias em Luanda, permitindo observar a prestação dos serviços de vacinação e informar decisões estratégicas. A visita reforçou a importância da coordenação entre parceiros e do financiamento sustentável para fortalecer o Programa Nacional de Imunização, com a OMS a reafirmar o seu papel como parceira técnica no apoio aos esforços nacionais rumo à Cobertura Universal de Saúde.



A Directora Executiva da Gavi, a Aliança das Vacinas, Sania Nishtar, durante reunião com Administração Municipal de Viana, em Luanda.



Beneficiários do Projeto MICs na Província do Bié

Garantir o Acesso à Saúde

Em 2025, a OMS apoiou Angola no reforço do acesso a cuidados de saúde essenciais através de intervenções concretas em saúde materna, neonatal e infantil, imunização, doenças tropicais negligenciadas, qualidade e gestão hospitalar e regulação de medicamentos e tecnologias de saúde (ARMED). Este capítulo apresenta os principais resultados alcançados na ampliação da cobertura, na melhoria da qualidade dos serviços e no fortalecimento dos sistemas que garantem cuidados seguros e eficazes à população.

1.1. Fortalecimento da capacidade de regulação farmacêutica

Em 2025, a OMS reforçou o seu apoio técnico à Agência de Regulação de Medicamentos e Tecnologias de Saúde de Angola (ARMED), no quadro da implementação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vista ao alcance do nível 3 de maturidade regulatória até 2027.

Ao longo do ano, a OMS, com co-financiamento da União Europeia, apoiou a monitoria sistemática dos progressos da ARMED na implementação das recomendações resultantes da avaliação realizada com a Global Benchmarking Tool da OMS. Até 2025, 112 das 244 recomendações haviam sido implementadas, correspondendo a 45,9% de execução, com uma redução substancial das acções pendentes e maior clareza nas prioridades para o período seguinte.

Um marco central de 2025 foi a consultoria técnica internacional, que decorreu entre Agosto e Dezembro de 2025, incluindo duas missões de terreno de três semanas cada, realizadas em Setembro e Dezembro. As missões centraram-se na implementação das recomendações técnicas associadas às funções regulatórias prioritárias, envolvendo trabalho técnico directo com as equipas da ARMED, acções de capacitação e a definição e consolidação de um roteiro operacional para acelerar o progresso ao longo do ano. Os resultados foram apresentados em sessões de restituição lideradas pela Direcção da ARMED, com a participação da OMS.

Em 2025, o apoio da OMS incidiu igualmente no reforço da governação regulatória, na consolidação de processos internos, no alinhamento com normas internacionais de qualidade e na planificação estratégica das acções críticas a implementar entre 2026 e 2027, sobretudo nas funções regulatórias com níveis de execução inferiores a 50%.

Estas acções contribuíram para fortalecer as bases de um sistema regulador funcional, transparente e sustentável, essencial para garantir o acesso da população a medicamentos e tecnologias de saúde seguros, eficazes e de qualidade, bem como para criar condições favoráveis ao investimento e à produção local. A OMS continuará a apoiar a ARMED em 2026, assegurando acompanhamento técnico regular e progresso consistente rumo à maturidade regulatória.



Dr. Tomás Valdez, Durante Reunião com ARMED.

1.2. Contas Nacionais de Saúde

As Contas Nacionais de Saúde constituem um instrumento fundamental para monitorizar, de forma sistemática e documentada, os fluxos financeiros no sistema de saúde. Permitem acompanhar a evolução das despesas nos sectores público e privado, identificar custos por doença, grupo populacional e região, e apoiar a tomada de decisões com base em dados concretos.

Em Angola, as últimas Contas Nacionais de Saúde foram elaboradas em 2011, relativas ao período de 2006 a 2008. No âmbito da prioridade 18.5.2 do Plano Nacional de Desenvolvimento 2023-2027, o Ministério da Saúde, com o apoio técnico e financiamento da OMS, da União Europeia e do PNUD, iniciou em 2025 um processo estruturado de actualização das contas.

Entre Junho e Julho, foram realizadas três acções de formação dirigidas a 14 membros da equipa técnica nacional, composta por representantes do Ministério da Saúde, do Ministério das Finanças e do Instituto Nacional de Estatística. Seguiu-se uma segunda fase de capacitação com 64 participantes, provenientes de 42 departamentos e 19 entidades dos sectores público e privado, da academia, da sociedade civil e de organizações não-governamentais.

Após as formações, iniciou-se, em Outubro, a fase de recolha e limpeza de dados a nível nacional, envolvendo hospitais, centros de saúde, empresas privadas, embaixadas, organizações não-governamentais, parceiros estratégicos e agregados familiares.

O relatório final das Contas Nacionais de Saúde 2020–2023 deverá estar concluído em Junho de 2026, representando um passo decisivo para o reforço da transparência, da eficiência e do planeamento baseado em evidência no sector da saúde em Angola.

1.3 Saúde Materna, Neonatal e Reprodutiva

Em 2025, Angola continuou a enfrentar desafios significativos no domínio da saúde sexual e reprodutiva, materna, neonatal, infantil, do adolescente e da nutrição. Os dados mais recentes do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2023/24) evidenciam uma carga persistente de mortalidade e necessidades não satisfeitas, num contexto marcado por elevada fertilidade e fragilidades no acesso a serviços essenciais.

Os principais indicadores de saúde revelam que:

- A taxa de fertilidade mantém-se elevada, com **4,8 filhos por mulher**;
- A mortalidade materna situa-se em **170 mortes por 100 000 nados-vivos**;
- A mortalidade neonatal é de **16 mortes por 1 000 nados-vivos**;
- A mortalidade infantil permanece elevada, com **32 mortes por 1 000 nados-vivos**;
- A mortalidade em crianças com menos de cinco anos é de **52 mortes por 1 000 nados-vivos**.

Destaca-se igualmente a elevada fertilidade entre adolescentes, estimada em 122 nascimentos por 1 000 raparigas dos 15 aos 19 anos, reflectindo limitações persistentes no acesso à informação, aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e aos métodos de planeamento familiar. Em paralelo, 54,2% dos partos continuam a ocorrer em casa, e 38% das mulheres em idade reprodutiva apresentam necessidades não satisfeitas de planeamento familiar. Apesar de se observar um ligeiro aumento na procura destes serviços, de 52% para 54%, os progressos permanecem insuficientes face à magnitude dos desafios.

A situação nutricional continua igualmente crítica. Estima-se que 5,7 milhões de pessoas estejam afectadas pela subnutrição e que 28,7% da população viva em situação de insegurança alimentar grave. A desnutrição crónica em crianças com menos de cinco anos agravou-se, passando de 38% para 40%, enquanto apenas 33% das crianças dos zero aos cinco meses beneficiam de aleitamento materno exclusivo.

Planeamento e governação: Neste contexto, a OMS reforçou ao longo de 2025 o seu apoio estratégico e técnico ao Governo de Angola, começando pelo planeamento e governação do sector. A Organização prestou apoio técnico e logístico à actualização e validação do Plano Estratégico Integrado para a Saúde Sexual e Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil, do Adolescente e Nutrição (2025–2030), assegurando o seu alinhamento com as prioridades nacionais e com as directrizes globais da OMS.

Capacitação dos recursos humanos: O reforço das competências dos profissionais de saúde constituiu uma prioridade central. Em 2025, 35 profissionais de saúde de cinco províncias foram formados em Gestão Integrada das Doenças da Infância, contribuindo para a melhoria da abordagem clínica nos cuidados primários. Foram igualmente capacitados 64 técnicos em Cuidados Obstétricos e Neonatais de Emergência, focando-se na prevenção e gestão de complicações que representam as principais causas de morbimortalidade materno-neonatal, nomeadamente hemorragias, doenças hipertensivas da gravidez, asfixia intraparto e parto obstruído. Adicionalmente, 25 técnicos

receberam formação em gestão da qualidade dos serviços, utilizando a ferramenta 5S Kaizen e os módulos da OMS sobre cuidados humanizados e centrados na mulher.

Melhoria da qualidade dos serviços: No domínio da qualidade dos serviços, a OMS apoiou a actualização do Caderno de Saúde Materno-Infantil, com a impressão de 192 720 exemplares, incluindo, pela primeira vez, 2 361 exemplares em braille, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência visual. Foram igualmente implementadas as novas directrizes da OMS para uma experiência positiva no pré-natal, parto e pós-parto em 18 unidades piloto nas províncias do Huambo e da Huíla, com o objectivo de aumentar a taxa nacional de partos institucionais, actualmente estimada em 46%.

Nutrição: No sector da nutrição, a OMS apoiou a revisão e actualização do protocolo de gestão integrada da desnutrição aguda grave (2025–2030), com vista a melhorar a abordagem dos casos graves e conter o agravamento da desnutrição crónica, particularmente entre crianças menores de cinco anos.

Advocacia, vigilância e resposta: A OMS apoiou ainda a reacção das comissões de vigilância e resposta às mortes maternas e neonatais na província da Huíla, bem como a sua expansão progressiva a nível nacional. Em paralelo, liderou uma investigação regional sobre intervenções eficazes na prevenção de mortes maternas e infantis evitáveis, promovendo a disseminação e institucionalização de directrizes e protocolos baseados em evidência.

Eventos estratégicos: Como parte dos esforços de fortalecimento do sistema, a OMS prestou apoio técnico à realização do Primeiro Fórum Nacional de Hospitais, em Novembro de 2025, que reuniu 880 profissionais de saúde e contribuiu para reforçar a integração entre os três níveis de cuidados.

A implementação destas iniciativas contribuiu para reforçar a disponibilidade de ferramentas e protocolos actualizados, melhorar as competências de profissionais-chave para a resposta a emergências obstétricas e neonatais, promover a inclusão e fortalecer a governação, a vigilância e a resposta às mortes maternas e neonatais.

A médio prazo, espera-se uma redução acelerada da mortalidade materna e neonatal, um aumento da cobertura de partos institucionais, melhorias na gestão da desnutrição aguda e um impacto positivo na nutrição infantil e na adesão ao planeamento familiar, contribuindo para o avanço rumo à Cobertura Universal de Saúde e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.



35

profissionais de saúde de cinco províncias foram formados em Gestão Integrada das Doenças da Infância.

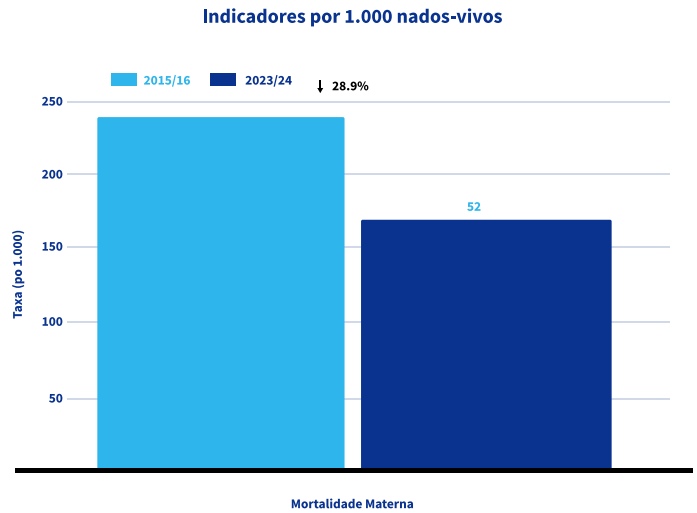
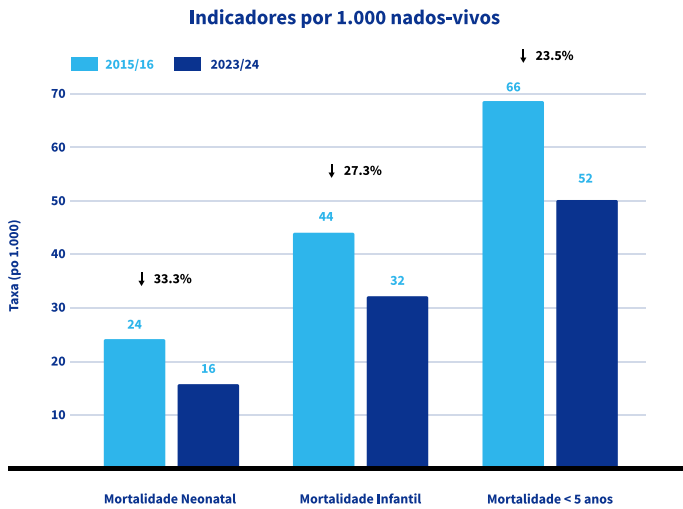
64

técnicos capacitados em Cuidados Obstétricos e Neonatais de Emergência.

25

técnicos receberam formação em gestão da qualidade dos serviços.

Progressos em Saúde Infantil em Angola



História de Impacto Humano

Rossana, um compromisso com a vida

Aos nove anos, Rossana Francisco perdeu a mãe, uma enfermeira dedicada. Esta perda marcou-lhe a vida e acendeu uma promessa: cuidar dos outros. Hoje, aos 26 anos, Rossana está a concluir o curso de enfermagem, realizando um estágio no Hospital Geral de Luanda, onde ajuda os recém-nascidos a dar os primeiros passos rumo a um futuro saudável.

Em 2025, participou na Roda de Saúde, uma iniciativa da OMS Angola que reuniu profissionais de saúde e comunidades para debater o tema “Segurança do paciente desde o nascimento”. Nessa ocasião, aprendeu que a segurança vai para além dos protocolos, significando também ouvir as famílias, envolver os pais e garantir cuidados dignos e humanizados.

“Todas as crianças têm direito a nascer e a crescer em segurança”, reforçou Rossana, inspirada pelo encontro. A sua história simboliza o impacto da formação e do diálogo promovidos pela OMS, que preparam uma geração de profissionais que transformam o compromisso em acção, protegendo vidas desde o primeiro dia.



Intervenção de Rossana Francisco durante a Roda de Conversa realizada na UPRA.

1.4 Fortalecimento da Resposta Nacional à Resistência Antimicrobiana

Em 2025, Angola registou avanços no reforço da capacidade institucional para prevenir e controlar a resistência antimicrobiana, reconhecida como uma das dez maiores ameaças globais à saúde. Com apoio técnico da OMS foi realizada, entre 18 e 20 de Novembro, uma missão conjunta com o Ministério da Saúde, em alinhamento com a Semana Mundial de Sensibilização para a Resistência Antimicrobiana.

A missão permitiu avaliar os progressos alcançados, identificar lacunas críticas e apoiar a definição de um plano estratégico orientado para o reforço da vigilância integrada, do uso racional de antimicrobianos e da prevenção e controlo de infecções. No âmbito da abordagem “Uma Só Saúde”, foram realizadas visitas de campo e um workshop nacional que reuniu mais de 60 participantes, incluindo representantes do Governo, da academia, da sociedade civil e de parceiros internacionais.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- A criação de uma plataforma multisectorial para a coordenação de políticas e monitorização da implementação do Plano Nacional contra a Resistência Antimicrobiana;
- A definição de prioridades técnicas, incluindo a vigilância integrada, o reforço da capacidade laboratorial, a racionalização do uso de antimicrobianos e a mobilização de recursos; e
- O alinhamento com compromissos internacionais, nomeadamente as metas da Declaração Política das Nações Unidas sobre a Resistência Antimicrobiana de 2024.
- A OMS continuará a apoiar Angola através da disponibilização de evidência científica, formação e orientação técnica, com vista ao fortalecimento de um sistema capaz de prevenir, detectar e responder de forma eficaz à resistência antimicrobiana.



Encontro sobre resistência antimicrobiana com a participação dos três níveis da Organização Mundial da Saúde — HQ, AFRO e CO —, outras organizações parceiras e o Ministério da Saúde de Angola, no âmbito da abordagem “Uma só Saúde”.



O Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, visita o Centro Vangulula, no Hospital do Azancot, centro de referência para o tratamento de mulheres com fístula obstétrica.

Testemunhar esforços para restaurar vidas afectadas pela fístula

Ao som do coro das pacientes, o Director-geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, visitou o Hospital Azancot de Meneses, ficando sensibilizado com a realidade das mulheres que vivem com fístula obstétrica, uma condição grave decorrente de partos prolongados sem assistência adequada. Em Angola, estima-se que cerca de 20 mil mulheres vivem com esta condição, enfrentando incontinência, isolamento e estigma social.

O Centro Vangulula, que em kikongo significa “restaurar a vida”, representa um símbolo de esperança e resiliência. Desde 2014, já tratou 3 195 mulheres, com uma taxa de sucesso de 98% nos casos simples. Para além da cirurgia reparadora, o centro oferece serviços de reabilitação, reintegração social e actividades de prevenção, promovendo o parto institucional, ainda insuficiente no país, onde 54% dos partos continuam a ocorrer em casa, segundo dados de 2023/24.

Persistem, contudo, desafios significativos, incluindo a ausência de um bloco operatório próprio, limitações de recursos e escassez de profissionais especializados.

“O tratamento das mulheres com fístula devolve-lhes a dignidade e a esperança”, afirmou o Dr. Tedros. A Ministra da Saúde, Dra. Sílvia Lutucuta, sublinhou que a fístula obstétrica constitui uma prioridade nacional que exige uma abordagem integrada, assente na prevenção, no tratamento e na inclusão social.

Cada mulher tratada representa uma vida restaurada. O combate à fístula obstétrica é um compromisso com a equidade, os direitos humanos e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.5 Imunização

Em 2025, Angola deu um passo para o fortalecimento da imunização com a aprovação da Estratégia Nacional de Imunização (ENI) 2026–2030, consolidando a vacinação como um pilar central da protecção da saúde infantil e do reforço do sistema de saúde. Elaborada de forma participativa e baseada em evidência, a Estratégia coloca a equidade, a sustentabilidade financeira e a integração da imunização nos cuidados primários de saúde no centro da agenda nacional, em alinhamento com as recomendações da OMS e os compromissos globais e regionais.

A OMS desempenhou um papel essencial em todo o processo de desenvolvimento da ENI, apoiando a análise situacional, a definição de prioridades, a projecção de necessidades e a revisão do quadro de monitorização. A Estratégia estabelece metas nacionais ambiciosas e realistas, incluindo:

- Alcançar 90% de cobertura vacinal até 2030;
- Reduzir para menos de 5% o número de crianças zero-dose;
- Manter Angola livre do poliovírus selvagem;
- Eliminar o tétano neonatal e alcançar as metas de eliminação do sarampo.

Para atingir estes objectivos, a ENI aposta no fortalecimento da cadeia de frio, na melhoria do financiamento sustentável, na capacitação contínua dos recursos humanos e no reforço da vigilância epidemiológica e da resposta a surtos, com implementação apoiada por parceiros técnicos e doadores.

A operacionalização desta visão estratégica foi reflectida em intervenções de grande escala ao longo de 2025. Destaca-se a introdução da vacinação contra o HPV, uma das maiores campanhas de saúde pública da história do país, com o objectivo de proteger mais de dois milhões de meninas contra o cancro do colo do útero, alinhando Angola com a Estratégia Global da OMS para a eliminação desta doença.



©João Carlos Domingos

Vacinação contra a poliomielite em acção.

No domínio da poliomielite, foram realizadas campanhas nacionais para proteger quase sete milhões de crianças menores de cinco anos, em resposta à detecção de casos no país, combinando vacinação de massa, vigilância reforçada e mobilização comunitária. Em paralelo, a vacinação oral contra a cólera foi integrada na resposta a surtos em várias províncias, com campanhas que visaram proteger mais de dois milhões de pessoas em zonas de transmissão activa.

Campanhas de vacinação contra o sarampo e a rubéola, nomeadamente na Lunda Norte, permitiram ainda recuperar crianças não vacinadas e reduzir o risco de novos surtos, contribuindo para os objectivos de eliminação definidos na ENI.

Em conjunto, a aprovação da Estratégia Nacional de Imunização 2026–2030, aliada à implementação de campanhas de alto impacto em 2025, demonstra uma abordagem estratégica, integrada e orientada para resultados, com a OMS a actuar como parceira técnica central no apoio a Angola para garantir que nenhuma criança fique para trás e acelerar o progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde.



Vacinação contra o Cancro do Colo do Útero.

1.6. Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis

Em 2025, a OMS apoiou Angola na prevenção, controlo e gestão integrada das doenças transmissíveis e não transmissíveis, reforçando políticas, serviços e capacidades nacionais, com enfoque na melhoria do acesso aos cuidados de saúde primários e na protecção das populações mais vulneráveis.

Malária: A malária manteve-se como uma prioridade de saúde pública em 2025. A OMS apoiou o Ministério da Saúde na avaliação e validação externa do Plano Estratégico Nacional de Controlo da Malária (2021–2025), contribuindo para a análise dos progressos alcançados e para a definição de orientações futuras. Foi igualmente apoiada a actualização do manual nacional de diagnóstico e tratamento da malária, assegurando o alinhamento com as recomendações da OMS.

No reforço das capacidades, mais de 300 profissionais de saúde foram capacitados em áreas essenciais, incluindo diagnóstico, manejo de casos, controlo vectorial, vigilância, monitorização e planeamento da cadeia de abastecimento, contribuindo para melhorar a qualidade dos serviços e a resposta ao nível nacional e subnacional.

VIH, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis: No domínio do VIH, hepatites e IST, a OMS apoiou a monitoria da qualidade dos dados dos serviços de VIH/SIDA em quatro províncias prioritárias — Cabinda, Uíge, Zaire e Cuanza-Norte — reforçando a fiabilidade da informação e a tomada de decisão baseada em evidência.

Em 2025, a OMS apoiou a elaboração do II Plano de Tripla Eliminação da transmissão do VIH, hepatite B e sífilis da mãe para o filho, reafirmando o compromisso nacional com a eliminação destas infecções evitáveis. Foram ainda promovidas acções de sensibilização sobre Direitos Humanos, estigma e discriminação, incluindo a formação de mais de 65 estudantes, e a participação de uma equipa técnica da sede da OMS sede no II Congresso Internacional sobre a Resposta ao VIH, realizado em Luanda.

Tuberculose: A tuberculose continuou a representar um desafio relevante para a saúde pública. No Dia Mundial da Tuberculose, celebrado a 24 de Março, a OMS mobilizou decisores políticos, profissionais de saúde e comunidades para reforçar a urgência de eliminar a doença até 2030.

Em 2025, foram destacados os progressos alcançados na expansão da cobertura dos serviços entre 2018 e 2023, apoiados pela OMS através da implementação do Plano Estratégico Nacional de Controlo da Tuberculose (2018–2022) e da elaboração do novo plano para 2023–2027, mantendo a tuberculose como uma prioridade na agenda nacional de saúde. Adicionalmente a OMS apoiou a actualização e a validação dos novos esquemas de tratamento da TB sensível, TB multidroga resistente e infecção latente por tuberculose.

Doenças Tropicais Negligenciadas: No âmbito das doenças tropicais negligenciadas, Angola realizou campanhas de desparasitação em larga escala em 2025, alcançando mais de 38 milhões de pessoas. As crianças representaram cerca de 74% das pessoas tratadas, maioritariamente através de campanhas escolares, enquanto os adultos foram alcançados por campanhas comunitárias.

Estas intervenções contribuíram para reduzir o risco de doença, melhorar o bem-estar das comunidades e reforçar a integração das acções de prevenção no sistema de saúde, em alinhamento com os objectivos nacionais e globais de eliminação das DTN.

Doenças Crónicas Não Transmissíveis e Saúde Mental: A OMS reforçou o seu apoio à prevenção e gestão das doenças crónicas não transmissíveis (DCNT) e à promoção da saúde mental, prestando apoio técnico e financeiro à Direcção Nacional de Saúde Pública. No Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado sob o lema “Saúde Mental em Emergências Humanitárias”, foi realizada a iniciativa “Chá de Ideias”, promovendo a reflexão sobre os impactos das crises humanitárias, epidemias e desastres na saúde mental.

Entre Junho e Dezembro de 2025, a OMS apoiou o mapeamento dos serviços de saúde mental para crianças e adolescentes, integrado numa iniciativa global do Departamento de Saúde Mental, Saúde Cerebral e Uso de Substâncias da OMS, permitindo identificar lacunas e reforçar a resposta nacional.

A OMS apoiou igualmente a actualização de manuais clínicos para hipertensão, diabetes, cancro e estilos de vida saudáveis, no âmbito do Plano Estratégico Nacional para as Doenças Não Transmissíveis (PEN-OMS), bem como a finalização do Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental, o Alcool, o Tabaco e Outras Drogas, e a elaboração do Plano Operacional para a Prevenção do Suicídio e da Automutilação, fortalecendo a integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários.



©João Carlos Domingos

OMS em Angola Visita Hospital Municipal do Huambo.

1.7. Erradicação da Doença do Verme da Guiné

Em 2025, Angola continuou a dar passos decisivos rumo à eliminação da dracunculose, uma doença debilitante que perpetua a vulnerabilidade e a pobreza. Sob a liderança do Ministério da Saúde e com o apoio da OMS e de outros parceiros, o país avançou no desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional para a Erradicação da Dracunculose 2025–2030, alinhado com o objectivo global da OMS de erradicar a doença até 2030.

Entre 2018 e 2025, foram registados 207 casos cumulativos, dos quais três em humanos e 204 em cães, todos na província do Cunene. Não se registam casos humanos desde Março de 2020, o que representa cinco anos e nove meses sem transmissão entre pessoas.

Em 2025, contudo, foram confirmadas 70 infecções em cães, após análise genética de 148 amostras provenientes de 73 casos suspeitos, com uma taxa de positividade de 95,9%. A taxa de contenção foi de 44,3% e, dos 145 rumores notificados, 86,9% foram investigados e documentados em menos de 24 horas, demonstrando eficiência na vigilância e na resposta. Em comparação com 2024, registou-se um aumento de 20,8% nas notificações e de 79,5% nas infecções, reflectindo o reforço da vigilância e da capacidade de detecção.

As acções preventivas incluíram a distribuição de 93 364 filtros, beneficiando 26 805 famílias, o tratamento de 359 fontes de água com o larvicida Abate® em 57 aldeias e a sensibilização de mais de 137 641 membros das comunidades através de acções integradas. Actualmente, 145 aldeias encontram-se sob vigilância comunitária, apoiadas por 458 agentes voluntários.

Ao longo de 2025, a OMS liderou esforços para consolidar as intervenções, reforçando a vigilância integrada e a abordagem “Uma Só Saúde”, bem como avaliando medidas inovadoras, incluindo a castração de cães, acompanhada de acções de advocacia com vista à criação de um enquadramento legal adequado.

A estratégia nacional em desenvolvimento assenta em cinco pilares: vigilância activa e resposta rápida; interrupção da transmissão através de melhorias no abastecimento de água e saneamento; colaboração transfronteiriça; mobilização comunitária; e reforço da governação.

Angola continua a ser um dos cinco países que ainda não erradicaram a doença, transmitida pelo consumo de água contaminada. A consolidação de uma abordagem multisectorial e baseada em evidência reafirma o compromisso do país com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e com a estratégia da OMS para as Doenças Tropicais Negligenciadas, com benefícios duradouros para a saúde pública e para as comunidades mais vulneráveis.

Conclusão

Os avanços registados em 2025 demonstram que o acesso aos cuidados de saúde depende tanto da prestação efectiva de serviços como de sistemas regulatórios, institucionais e comunitários robustos. A consolidação destes ganhos será essencial para sustentar o progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde e responder às necessidades crescentes da população angolana.



26.805

famílias beneficiadas



137.641

membros das comunidades sensibilizados



359

fontes de água tratadas



458

agentes comunitários capacitados



Se vir algo assim é **Doença do Verme da Guiné**
comunique imediatamente as autoridades
de saúde mais próximas



**Doença do
Verme da Guiné
ou
DRACUNCULOSE**



Proteger a Saúde

Em 2025, proteger a saúde da população foi a principal prioridade da OMS em Angola, em resposta a múltiplos surtos, com destaque para a cólera, bem como poliomielite, sarampo e outras ameaças de saúde pública. Este capítulo apresenta os resultados do reforço da vigilância epidemiológica, da preparação e resposta a emergências, da coordenação operacional e das acções de prevenção e controlo implementadas para reduzir a transmissão e salvar vidas.

2.1. Resposta ao Surto de Cólera

Em 2025, Angola enfrentou um dos maiores surtos de cólera da sua história recente, que afectou 19 das 21 províncias do país, com 36 373 casos e 896 óbitos registados até 31 de Dezembro. A dimensão da emergência exigiu uma resposta rápida, coordenada e multisectorial, iniciada nos primeiros dias do surto, sob uma liderança governamental firme.

Para assegurar decisões céleres e uma abordagem harmonizada entre os sectores envolvidos, foram realizadas reuniões interministeriais com os ministérios da Saúde, Energia e Águas, Ambiente, Comunicação Social e Administração do Território, bem como com a Empresa Pública de Águas (EPAL). Estas reuniões garantiram o alinhamento político, a partilha sistemática de informações em conformidade com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) e a integração entre as intervenções de saúde pública, água e saneamento, comunicação e administração territorial.

Para reforçar a resposta, a OMS mobilizou financiamento de várias fontes e destacou especialistas nacionais, regionais e internacionais, incluindo equipas do Africa CDC, do CDC de Atlanta, do Global Outbreak Alert and Response (GOARN), do Surge and Biomedical Preparedness Network- Netherlands (SBP NL) e Equipas Médicas de Emergência de Portugal, da Alemanha e do Reino Unido, facilitando igualmente a intervenção da Médicos Sem Fronteiras.

Esta capacidade técnica foi articulada com os esforços do Ministério da Saúde e de parceiros-chave, como o UNICEF, o Banco Mundial, a Cruz Vermelha, a União Europeia e as embaixadas dos Países Baixos e de França, permitindo desenvolver e implementar o Plano Nacional de Prevenção e Controlo da Cólera e reforçar a coordenação multisectorial necessária para enfrentar um surto desta magnitude.

À medida que a epidemia evoluía, a vigilância epidemiológica tornou-se um pilar central da resposta, tendo sido reforçada com ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica, painéis de visualização em Power BI e boletins epidemiológicos regulares, permitindo o acompanhamento quase em tempo real. Paralelamente, mais de 20 especialistas em gestão de dados foram capacitados, melhorando o mapeamento de casos e óbitos e orientando de forma mais precisa as missões de campo.



Reforço da resposta à emergência de Cólera no município de Cacuo.

Com base nestes dados, equipas de resposta rápida foram destacadas para a detecção activa de casos, investigação epidemiológica e mobilização comunitária, contribuindo para a redução da letalidade através da identificação precoce e do encaminhamento oportuno.

Dado o papel determinante da água contaminada na transmissão da doença, o pilar de água, saneamento e higiene (WASH) foi intensamente reforçado. Em coordenação com o Ministério da Energia e Águas e parceiros, foram mapeadas mais de 320 fontes de água críticas em todo o país. Com o apoio da União Europeia e da Embaixada dos Países Baixos, a OMS doou kits de teste de qualidade da água ao Instituto Nacional de Investigação em Saúde e assegurou formação técnica para análises no terreno, acelerando a adopção de medidas correctivas, sobretudo em comunidades remotas.

Em paralelo, o trabalho laboratorial foi fortalecido com a formação de 16 técnicos pela Equipa Alemã de Preparação para Epidemias, que passaram a actuar como formadores nacionais, ampliando a capacidade local de diagnóstico da cólera e de vigilância ambiental. No domínio clínico, a OMS apoiou a revisão do protocolo nacional de tratamento, incluindo orientações específicas para grávidas e crianças com desnutrição. Foram ainda formados 1669 profissionais de saúde em 23 municípios e mais de 3000 colaboradores de apoio em prevenção e controlo de infecções e práticas WASH nos Centros de Tratamento de Cólera.

O reforço das capacidades clínicas foi acompanhado pela expansão e descentralização do acesso ao tratamento, através da instalação de postos de reidratação oral e do apoio técnico de missões de alto nível da OMS, orientadas para a redução da letalidade e a interrupção da transmissão.

Para garantir a continuidade operacional, foram pré-posicionados materiais suficientes para tratar cerca de 30 000 casos, incluindo kits terapêuticos, tendas e laboratórios móveis. A vacinação oral contra a cólera permitiu a administração de mais de três milhões de doses em três fases, num contexto de escassez global de vacinas, o que exigiu um esforço contínuo de advocacia junto do Grupo Internacional de Coordenação de Vacinas. Em Maio, a OMS e o UNICEF obtiveram financiamento da Ajuda Humanitária da União Europeia (ECHO) para acelerar intervenções integradas em saúde e WASH, reduzindo rapidamente a mortalidade nas províncias mais afectadas.

O envolvimento comunitário foi igualmente decisivo, com a mobilização de 1175 líderes religiosos e comunitários, agentes de desenvolvimento comunitário (ADECOs) e estruturas locais para promover práticas de higiene, o consumo de água segura e a procura precoce de cuidados de saúde. Estas acções foram amplificadas por uma estratégia de comunicação multicanal implementada pela OMS ao longo do ano, que reforçou a confiança pública e a adesão às medidas preventivas. A resposta obteve ampla cobertura mediática nacional e internacional, gerando cerca de 250 conteúdos de media e digitais, alcançando mais de 200 000 pessoas.

A combinação destas intervenções permitiu reduzir a transmissão, diminuir a letalidade, melhorar o acesso ao tratamento e fortalecer de forma duradoura a capacidade de Angola para gerir futuras emergências sanitárias, salvando vidas e reforçando a resiliência do sistema de saúde.



36.373
Casos Notificados e
896 Óbitos



3 Milhões
de Pessoas
Vacinadas



320
Fontes de Água
Mapeadas



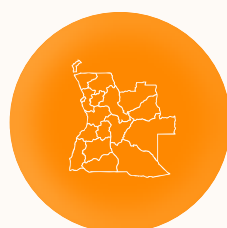
1175
Líderes religiosos e
comunitários mobilizados



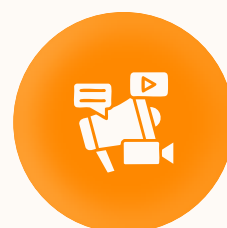
1669
Profissionais de Saúde
Capacitados



16
Técnicos de Laboratório
Capacitados



19
Províncias
Afectadas



250
Conteúdos de media e
digitais



Reforço da resposta à emergência de Cólera na província do Cuanza Sul.

Reforço da Detecção Activa de Casos de Cólera em Angola

Em Janeiro de 2025, Júlia Armando viveu um momento dramático ao encontrar a mãe caída, debilitada por diarreia e vómitos. Após receber tratamento num centro de cólera, a mãe recuperou, mas esta experiência transformou Júlia numa defensora da saúde na sua comunidade, alertando para os sintomas e para a importância de procurar cuidados médicos de imediato. A sua história reflecte a realidade das províncias mais afectadas pelo surto, desde a confirmação da doença a 7 de Janeiro.

Para conter a doença, o Ministério da Saúde, com o apoio da OMS e de outros parceiros, intensificou a resposta, tendo sido destacadas 20 equipas de resposta rápida para a procura activa de casos e para a mobilização comunitária. A OMS formou mais de 120 profissionais em detecção, inquéritos rápidos e prevenção. No Bengo, 13 equipas adicionais actuam diariamente nas comunidades.

Além da vigilância, uma campanha de vacinação reactiva imunizou mais de 900 000 pessoas em cinco dias, com uma taxa de cobertura de 99,5%. Graças a estas acções, a taxa de letalidade caiu de 9% para 3,6%, ainda que continue acima do recomendado pela OMS (1%).

“Com a detecção activa, a vacinação e as medidas preventivas, esperamos reduzir os casos e salvar vidas”, afirmou o Dr. Lelo Zola, oficial de vigilância epidemiológica da OMS.



©João Carlos Domingos

Criança a ser vacinada contra a poliomielite no lançamento da Campanha em Luanda.

2.2 Resposta ao Surto de Pólio

Em 2025, Angola enfrentou um surto de pólio, com 33 casos confirmados em oito das 21 províncias do país. Para conter a transmissão, foram realizadas duas campanhas nacionais de vacinação com a nova vacina oral contra a pólio (nOPV2), atingindo cerca de oito milhões de crianças com menos de cinco anos.

As taxas de cobertura superiores a 95% evidenciaram a elevada adesão e a eficácia das campanhas, reflectindo um esforço coordenado e bem-sucedido. A Organização Mundial da Saúde (OMS) liderou todo o processo, desde a mobilização de recursos até à execução das actividades, garantindo o alinhamento com padrões internacionais e uma elevada qualidade técnica e operacional.

A campanha decorreu em três fases: a primeira, entre 25 e 27 de Julho, na província de Benguela; a segunda, de 15 a 17 de agosto, abrangendo o restante do território nacional; e a terceira, de 5 a 7 de Setembro, envolvendo todos os municípios do país. O objectivo era vacinar todas as crianças com menos de cinco anos com duas gotas da vacina nOPV2, assegurando que nenhuma ficasse desprotegida.

Para atingir esta meta, foram implementadas estratégias robustas, incluindo vacinação porta a porta, postos fixos e equipas móveis em locais de grande circulação, como mercados, igrejas

e terminais de transporte. Populações de difícil acesso, como zonas auríferas, campos de refugiados e áreas remotas, receberam atenção especial, garantindo equidade na cobertura. A mobilização social foi intensificada antes e durante a campanha, enquanto a logística assegurou a manutenção da cadeia de frio e a distribuição antecipada dos materiais necessários.

Paralelamente, a vigilância integrada foi reforçada, com a busca activa por casos de paralisia flácida aguda (PFA), cólera, sarampo e outras doenças de notificação obrigatória. A qualidade da campanha foi rigorosamente monitorizada por meio do método LQAS (Lot Quality Assurance Sampling), sob supervisão independente. Os municípios que não atingiram a meta de 95% foram alvo de repescagens imediatas, o que reforçou a eficácia e a equidade da resposta.

Este esforço nacional contou com financiamento da Iniciativa Global de Erradicação da Pólio (GPEI), canalizado pela OMS. Ao alinhar estratégias, reforçar capacidades e mobilizar recursos, Angola reafirma o seu compromisso com a erradicação da poliomielite e com um futuro sem a doença.

A pólio é uma doença grave que pode causar paralisia, mas é totalmente prevenível através da vacinação. Com uma abordagem coordenada, estratégias adaptadas às realidades locais e o envolvimento activo das comunidades, é possível proteger todas as crianças e avançar rumo à erradicação da pólio no país.



Líderes comunitários depois da reunião com o GPLmsobre a importância da vacinação contra a Pólio.

Fé, Confiança e Vacinas: Líderes Comunitários Protegem Crianças

Com a cajada na mão, o reverendo Manuel Miranda dirige-se aos pais cépticos quanto à campanha de vacinação contra a pólio: “Vacinar é um acto de amor. A pólio pode paralisar uma criança para sempre”. A sua voz, tal como a de outros líderes comunitários, tem sido fundamental para combater medos e desinformação.

Em Angola, onde o acesso a medicamentos é limitado, os líderes religiosos, os terapeutas tradicionais e os agentes comunitários são alguns dos pilares do sistema público de saúde. Estes profissionais identificam casos suspeitos, notificam as autoridades competentes e mobilizam as famílias para proteger as crianças.

Graças a este envolvimento, Angola foi declarada livre do poliovírus selvagem em 2015. No entanto, em 2025, o país enfrenta um surto de poliovírus do tipo 2, com 14 casos confirmados em quatro províncias.

Para conter a propagação, o Governo, com o apoio da OMS, da UNICEF e de outros parceiros, lançou uma campanha nacional de vacinação de 6,9 milhões de crianças com menos de cinco anos. A estratégia inclui formação contínua, materiais educativos, comunicação em línguas locais e apoio logístico, de modo a garantir que nenhuma criança fique para trás.

“A participação activa das comunidades é essencial para erradicar a pólio”, afirma o Dr. José Chivale, da OMS. Com fé, confiança e informação, Angola avança rumo a um futuro sem pólio.



Capacitação em cascata sobre o diagnóstico laboratorial da cólera, inicialmente ministrada pelo SEEG, Alemanha, e posteriormente replicada pelo INIS para sete províncias de Angola.



Sessões de formação sobre vigilância epidemiológica da cólera.

2.3 Reforço das Capacidades de Preparação para Emergências

Com o objectivo de consolidar uma estrutura funcional de gestão de crises sanitárias, a OMS apoiou a criação e a plena operacionalização do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COESP) nacional e de seis COESPs regionais, fornecendo manuais operacionais, conceitos operacionais, procedimentos operacionais padronizados e termos de referência para o pessoal permanente.

A formação de equipas nacionais e provinciais na utilização da plataforma de Gestão Electrónica de Emergências de Saúde Pública (ePHEM) permitiu a detecção rápida de eventos, a sua notificação e a partilha de informação em tempo real, reduzindo o intervalo entre alerta e resposta e promovendo a coordenação entre instituições.

Em paralelo, foram actualizados os planos nacionais de contingência para cólera, febre amarela, ébola e marburg. No final de 2025, iniciou-se o mapeamento de áreas prioritárias para a elaboração do Plano Nacional de Cólera, assegurando uma abordagem multisectorial e orientada aos riscos. Esta combinação de normativos, ferramentas e processos resultou em ganhos concretos em coordenação, padronização e redução dos tempos de resposta.

2.4 Preparação para Doenças Virais Hemorrágicas

Em 2025, na sequência da declaração de um surto da doença do vírus Ébola na República Democrática do Congo, Angola reforçou as medidas de vigilância, prevenção e preparação, com especial incidência na província da Lunda Norte, devido ao risco

transfronteiriço. As acções estiveram alinhadas com o Regulamento Sanitário Internacional e visaram aumentar a prontidão para eventos de elevada gravidade.

Com apoio técnico da OMS e em coordenação com o Ministério da Saúde, o INIS e o UNICEF, foram realizadas avaliações nos pontos de entrada de Chissanda, Fortuna e Nachire, que identificaram lacunas em biossegurança e nos fluxos operacionais. Foram implementadas acções correctivas para melhorar a triagem, o encaminhamento e a notificação de casos suspeitos.

As actividades incluíram formação técnica de 140 profissionais, abrangendo vigilância baseada em eventos, detecção precoce, prevenção e controlo de infecções, recolha e transporte de amostras, gestão clínica de casos suspeitos e comunicação de risco. Em paralelo, mais de 150 líderes comunitários, tradicionais e religiosos, parteiras e voluntários foram capacitados em envolvimento comunitário, com foco no combate à desinformação, no reforço da confiança pública e na promoção da procura precoce de cuidados de saúde.

Estas acções reforçaram a capacidade de detecção precoce e resposta rápida, consolidando a preparação de Angola para o Ébola e outros eventos de saúde pública com potencial impacto transfronteiriço.

Conclusão

A intensidade dos surtos em 2025 evidenciou a importância de sistemas sólidos de detecção precoce, resposta rápida e coordenação multisectorial. Os avanços alcançados reforçaram a capacidade de Angola para responder a emergências sanitárias, sendo essencial consolidar estes ganhos para reduzir riscos futuros e proteger a saúde da população.



Formação dedicada à Geração de Mapas de Vigilância da Cólera.



Acções de sensibilização contra a cólera junto das comunidades.

Promover a Saúde

Em 2025, a OMS apoiou Angola na promoção da saúde e prevenção de riscos evitáveis, com intervenções centradas no controlo do tabagismo, na redução dos danos associados ao consumo de álcool e à insegurança rodoviária, na mobilização comunitária e no reforço da literacia em saúde, incluindo em contextos de emergência. Este capítulo apresenta as principais acções desenvolvidas para influenciar comportamentos, fortalecer comunidades e integrar políticas globais no contexto nacional.

3.1 Combate ao Tabagismo

Em 2025, Angola reforçou as acções de controlo do tabagismo, alinhando-se com os compromissos globais de saúde pública. O país participou na Conferência das Partes (COP 11) e na Reunião das Partes (MOP4), contribuindo para o avanço de políticas fiscais e medidas de sensibilização destinadas à redução do consumo de tabaco.

No âmbito do Dia Mundial Sem Tabaco, foi promovido o concurso nacional de artes “Mundo sem tabaco”, envolvendo crianças e adolescentes como agentes de mobilização familiar e comunitária. A iniciativa reforçou a consciencialização sobre os efeitos nocivos do tabaco e contribuiu para a disseminação de mensagens de prevenção junto das comunidades.

3.2 Segurança Rodoviária e Consumo de Álcool

Na área da segurança rodoviária, foi elaborado o Plano SAFER 2025–2026, uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde centrada na redução de mortes e lesões associadas ao consumo de álcool. O plano prevê medidas como restrições à disponibilidade de álcool, fiscalização da condução sob efeito de álcool, controlo da publicidade, campanhas de sensibilização e acções de prevenção.

Em complemento, foi submetida uma candidatura ao Fundo das Nações Unidas para a Segurança Rodoviária, com o objectivo de apoiar a implementação do Plano SAFER e reforçar intervenções com impacto directo na redução de acidentes e na protecção de vidas.

3.3 Promoção da Saúde e Mobilização Comunitária

A promoção da saúde e o envolvimento comunitário assumiram um papel central em 2025, particularmente no contexto da resposta à epidemia de cólera. Mais de 1 300 técnicos de saúde e auxiliares, 1 117 líderes comunitários e 7 960 pessoas em todo o país foram capacitados e sensibilizados. Em Luanda, uma formação em cascata envolveu 16 supervisores provinciais e 850 líderes comunitários. A OMS apoiou igualmente a criação de postos de reidratação oral em zonas críticas e lançou uma campanha digital que alcançou 3,3 milhões de pessoas com mensagens de prevenção.

Outras iniciativas incluíram o apoio técnico à Direcção Nacional de Saúde Pública no inquérito global sobre álcool e saúde, a realização de um seminário sobre segurança alimentar em Icolo e Bengo com 85 participantes e a primeira formação local da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, que capacitou 426 pessoas para a promoção do aleitamento materno exclusivo até aos seis meses. Foi ainda elaborado o esboço do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio.

No âmbito da preparação para emergências, mais de 100 líderes comunitários na Lunda Norte receberam formação para a prevenção e detecção precoce do Ébola, em resposta ao surto na República Democrática do Congo.

Estas acções reforçaram capacidades, ampliaram a cobertura das mensagens de saúde e integraram políticas globais no contexto nacional. Para 2026, as prioridades incluem a conclusão do Plano Estratégico Nacional de Promoção da Saúde, a implementação do Plano de Prevenção do Suicídio, a execução do Plano SAFER e o reforço das medidas da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco.



Beneficiária da acção de sensibilização contra a cólera, exibindo material informativo sobre a doença.

3.4 Desparasitação Escolar

Em 2025, Angola deu um passo significativo na protecção da saúde infantil com a Campanha Nacional de Desparasitação Escolar, implementada pelos ministérios da Educação e da Saúde, com o apoio da OMS e de outros parceiros, no âmbito do projecto “Empoderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos” (PAT II).

Entre Novembro de 2024 e Junho de 2025, a campanha abrangeu 12 províncias, protegendo 3 294 513 crianças e adolescentes (80% de cobertura) em 5 281 escolas. A estratégia adoptada baseou-se num modelo de formação em cascata, garantindo uniformidade técnica e segurança na administração de medicamentos.

Em simultâneo, acções de comunicação e mobilização social reduziram resistências e reforçaram a confiança das famílias, assegurando a adesão da comunidade.

Esta intervenção demonstrou que a desparasitação escolar em larga escala é custo-efectiva e sustentável, com impactos sanitários e educativos complementares. Ao reduzir a carga parasitária, melhora-se o bem-estar e a assiduidade, com efeitos positivos no absentismo e no rendimento académico, contribuindo para uma aprendizagem de qualidade e para o cumprimento das metas nacionais alinhadas com a Agenda 2030 para a eliminação da esquistossomose e das helmintíases como problemas de saúde pública.

Campanha de Desparasitação Escolar 2024 - 2025



5.281 Escolas Abrangidas



3.294.513 Crianças Protegidas



12 Províncias Abrangidas
(80% da Cobertura)

Conclusão

As iniciativas implementadas em 2025 demonstram que a promoção da saúde exige acção multisectorial, envolvimento comunitário e comunicação eficaz, especialmente em situações de crise sanitária. Consolidar estes avanços será essencial para reduzir factores de risco, proteger a saúde da população e sustentar ganhos de longo prazo.



Concurso de artes sobre o tabagismo, no Dia Mundial Sem tabaco.

Angola une vozes para proteger a juventude contra o tabaco

Em 2025, Angola reforçou o seu compromisso com a saúde pública ao assinalar o Dia Mundial Sem Tabaco, sob o lema “Desmascarar a Atracção”, com um evento nacional em Luanda que contou com a participação de autoridades, parceiros internacionais, profissionais de saúde e crianças. A iniciativa destacou a urgência de proteger os jovens das estratégias de marketing da indústria do tabaco e de promover um futuro sem esta ameaça.

O tabaco continua a ser uma das principais causas de morte evitável a nível mundial, sendo responsável por mais de 8 milhões de mortes por ano, das quais 1,3 milhões são de não fumadores expostos ao fumo passivo. Em Angola, os dados indicam que 14,3% dos homens e 1,8% das mulheres consomem tabaco, observando-se uma tendência crescente entre os jovens de 15 a 49 anos. Esta realidade exige políticas firmes e acções coordenadas.

Durante a cerimónia, foram premiados os vencedores da 10.ª edição do concurso nacional de redacção e desenho, que desafiou crianças e adolescentes a exporem os riscos do tabaco e a denunciarem as práticas enganosas da indústria.

A OMS reforçou as seguintes recomendações prioritárias: proibição de sabores e de publicidade, regulamentação das embalagens, educação contínua, aumento dos impostos e melhoria do acesso aos serviços de cessação.

A mobilização nacional demonstrou que Angola está em conformidade com as metas globais de redução do consumo de tabaco e de protecção da juventude, integrando a saúde, a educação e os media como pilares para um futuro mais saudável.



©Omotola Akindipe

Missão da ECHO no Namibe para reforçar a resposta ao surto de cólera e apoiar o programa de nutrição.

Desempenhar a Saúde

4.1. Parcerias Estratégicas para a saúde

As parcerias foram centrais para o trabalho da OMS em Angola em 2025. Através de uma colaboração estreita com o Governo, parceiros de desenvolvimento, o sistema das Nações Unidas, a sociedade civil, a academia e o sector privado, a OMS reforçou o alcance e a eficácia das suas intervenções, consolidando o seu papel como autoridade técnica de referência e parceira estratégica das prioridades nacionais de saúde.

O surto de cólera demonstrou claramente o valor destas parcerias em contextos de emergência. Em coordenação com as autoridades nacionais e parceiros, a OMS apoiou o reforço da vigilância, da gestão de casos, das intervenções em Água, Saneamento e Higiene (WASH) e do envolvimento comunitário. O apoio do OCHA e do CERF, implementado em colaboração com o UNICEF e articulado com o Gabinete do Coordenador Residente, permitiu a rápida expansão de actividades que salvaram vidas e garantiram uma resposta coerente.

A cooperação internacional contribuiu igualmente para fortalecer a preparação e a resposta a surtos. O apoio da Alemanha, através da Equipa Alemã de Preparação para Epidemias, refor-

çou as capacidades laboratoriais, enquanto o financiamento da Protecção Civil Europeia (ECHO) permitiu a implementação de modelos de formação em cascata, promovendo a apropriação local e a sustentabilidade. O Governo dos Países Baixos prestou ainda apoio técnico de curto prazo, melhorando intervenções de WASH e a monitorização da água segura.

Em 2025, a OMS aprofundou também o envolvimento com o sector privado. Contribuições da Westaves, De Beers e Lewe apoiaram a resposta à cólera, a parceria com o Banco de Fomento Angola reforçou os processos de aquisição, e foi assinado um acordo com a Roche para apoiar iniciativas de rastreio do cancro a partir de 2026. As organizações da sociedade civil e a academia desempenharam igualmente um papel relevante na sensibilização comunitária, na prevenção de infecções e na promoção da investigação liderada localmente.

Em conjunto, estas parcerias permitiram à OMS reforçar capacidades nacionais, responder eficazmente a emergências e avançar prioridades de saúde de longo prazo, demonstrando que a colaboração estratégica é essencial para alcançar resultados sustentáveis na saúde da população angolana.

4.2. Comunicação Estratégica para a Saúde

Em 2025, a comunicação estratégica da OMS em Angola foi implementada num contexto de restrições significativas de financiamento, exigindo maior integração, foco em resultados e uso eficiente dos recursos disponíveis. Ainda assim, a comunicação manteve-se como um pilar central para a disseminação de informação fidedigna, a influência de comportamentos, o reforço da confiança pública e o apoio às prioridades nacionais de saúde.

Ao longo do ano, a OMS reforçou o seu posicionamento técnico e institucional, apoiando a advocacia em políticas prioritárias e promovendo a prevenção de doenças e práticas saudáveis. Foram produzidos conteúdos estratégicos que garantiram uma presença consistente nos meios de comunicação social e plataformas digitais, resultando numa ampla cobertura mediática nacional e internacional.

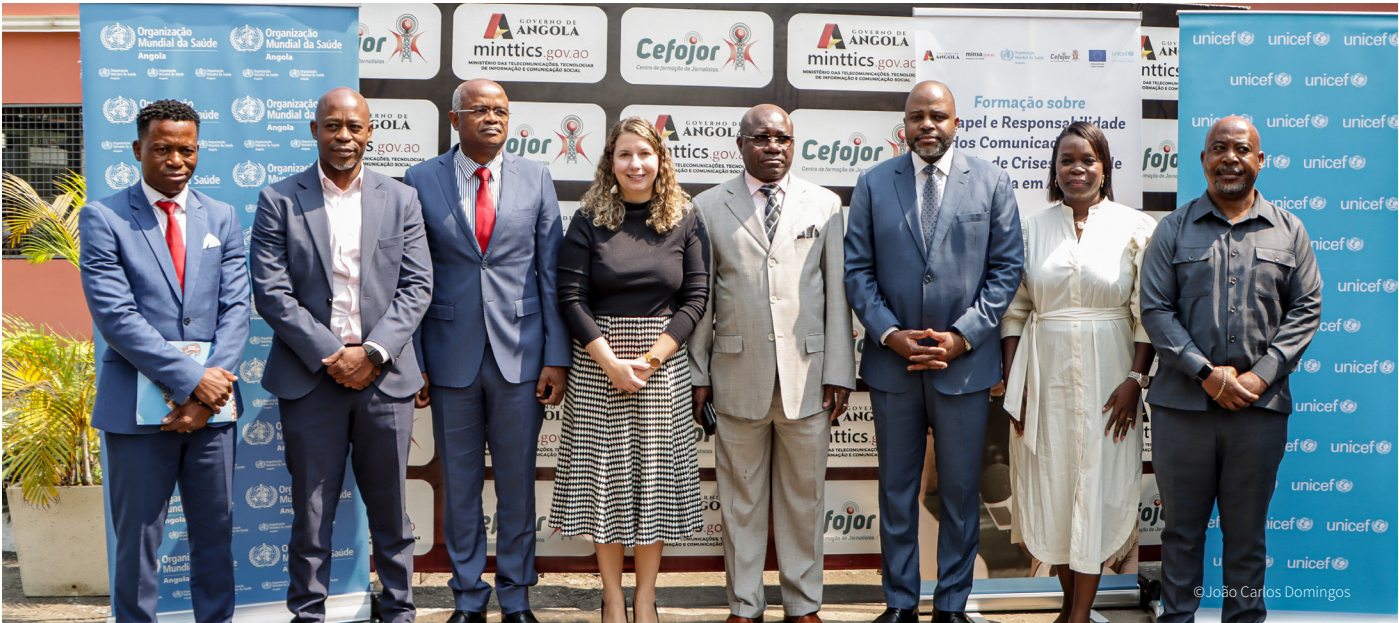
A comunicação revelou-se determinante na resposta ao surto de cólera, com destaque para a campanha digital “Juntos Contra a Cólera”, que envolveu influenciadores nacionais e alcançou mais de 600 mil visualizações e 20 mil interações, contribuindo para a promoção de mensagens de prevenção, higiene e saneamento. Missões de comunicação no terreno reforçaram igualmente a resposta à cólera e à poliomielite, assegurando informação adequada junto das comunidades afectadas.

A OMS desenvolveu e implementou planos de comunicação integrados para surtos e eventos estratégicos, incluindo visitas de alto nível, e publicou artigos de opinião, boletins institucionais e conteúdos técnicos que reforçaram a liderança da Organização em temas como saúde materna e neonatal, doenças tropicais negligenciadas, saúde mental, segurança do paciente e cobertura universal de saúde.

Entre as iniciativas inovadoras, destacou-se a Roda da Saúde, que resultou num Memorando de Entendimento com o The Carter Center, e a criação da Rede de Comunicação para a Saúde, que capacitou mais de 100 jornalistas das 21 províncias, contribuindo para melhorar a qualidade da cobertura mediática em saúde. Desta iniciativa resultou o programa radiofónico “Saúde em Foco”.

No âmbito da vacinação contra o HPV, a OMS apoiou a estratégia nacional de comunicação e mobilização social, incluindo a iniciativa “Chá de Ideias contra o Cancro do Colo do Útero”, que envolveu influenciadores digitais e reforçou a aceitação pública da vacina.

A presença digital da OMS consolidou estes esforços, com crescimento expressivo do alcance e do envolvimento, particularmente junto de públicos jovens. Estes resultados demonstram que, mesmo em contexto de restrição financeira, a comunicação estratégica permaneceu um investimento crítico para a implementação eficaz das prioridades de saúde pública em Angola.



OMS, ONU, UNICEF, MINSA, CEFOJOR, durante a formação de Jornalistas e Comunicadores para a Saúde Pública.

Visualizações	9.379.600	Visualizações	n.d.*	Visualizações	1.062.000
Interações	78.200	Interações	n.d.*	Interações	n.d.*
Cliques em ligações	21.000	Cliques em ligações	n.d.*	Cliques em ligações	+2.000
Seguidores – início do ano	20.000	Seguidores – início do ano	2.536	Seguidores – início do ano	1.200
Seguidores – final do ano	≈41.040 (+21.040)	Seguidores – final do ano	≈4.302 (+1.760)	Seguidores – final do ano	≈6.000 (+4800)

n.d.*= Dado não disponível

Criação da Rede de Comunicação para a Saúde em Angola



Jornalista da TPA partilha os seus contributos durante o workshop de capacitação de jornalistas e comunicadores.

Em Agosto de 2025, Angola deu início à Rede de Comunicação para a Saúde, uma plataforma nacional destinada a reforçar a articulação entre os órgãos de comunicação social, as autoridades de saúde e os parceiros, com vista a melhorar a resposta a emergências sanitárias e a comunicação em saúde pública. A criação da Rede resultou de uma iniciativa promovida pelos Ministérios da Saúde e das Telecomunicações, Tecnologias da Informação e Comunicação Social, com apoio técnico da OMS e do UNICEF e financiamento da União Europeia.

A Rede foi lançada no âmbito de um processo que envolveu jornalistas e comunicadores das 21 províncias, reunidos em Luanda e no Huambo, e tem como objectivo fortalecer a partilha de informação baseada em evidência, combater a desinformação e apoiar mensagens coerentes e coordenadas em contextos de emergência e campanhas de saúde pública. Esta iniciativa reforça a importância da comunicação como um elemento central da saúde pública e da protecção das populações.



+110 jornalistas e comunicadores capacitados em comunicação de risco, emergências sanitárias e saúde pública.



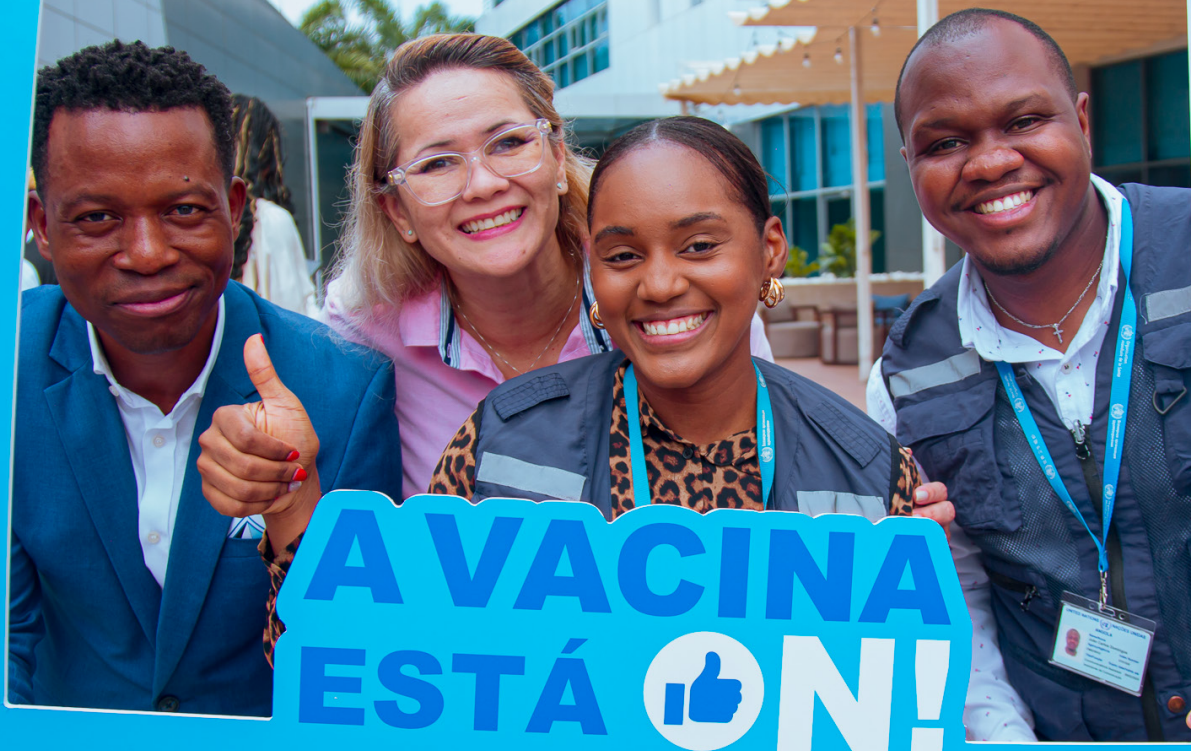
2 grandes encontros nacionais realizados (Luanda e Huambo) para alinhamento e partilha de boas práticas.



100% de cobertura nacional, assegurada pela participação das 21 províncias do país.



Proteja o futuro
Vacine-se contra o
Cancro do Colo do Útero



**A VACINA
ESTÁ N!**

VACINAÇÃO CONTRA O CANCRO DO COLO DO ÚTERO
DIÁLOGO COM INFLUENCIADORAS E INFLUENCIADORES DIGITAIS



unicef
para cada criança



Equipa da OMS, durante o Chá de Ideias com Influenciadores Digitais sobre o Cancro do Colo do Útero.

DIÁLOGO COM INFLUENCIADORAS E INFLUENCIADORES DIGITAIS



Chá de Ideias com Influenciadores Digitais sobre o Cancro do Colo do Útero.



OMS mobiliza influenciadores digitais para travar doenças em Angola



A OMS em Angola adoptou uma abordagem inovadora para combater doenças evitáveis: envolver influenciadores digitais na divulgação de mensagens de prevenção nas redes sociais.

Entre 15 de Maio e 22 de Julho, a OMS lançou a campanha “Juntos Contra a Cólera”, com seis influenciadores angolanos: a Dra. Aurea de Carvalho, Carla Morais, Xofela, Leocádia Tamara, Maria Correia e Stela de Carvalho. Foram produzidos vídeos educativos para o Facebook, o Instagram e o TikTok, que abordaram temas como a higiene, o saneamento e a saúde pública.

O impacto foi expressivo: os conteúdos ultrapassaram as 600 mil visualizações e registaram mais de 20 mil interações. “Participar nesta campanha foi uma forma de usar a minha voz para salvar vidas”, afirmou Stela de Carvalho. Já Xofela salientou: “As redes sociais podem ser usadas para o bem comum.”

Segundo a OMS, esta estratégia é essencial para combater a desinformação e alcançar os jovens. Com resultados encorajadores, a organização pretende alargar a iniciativa a outras áreas da saúde, nomeadamente à malária, à tuberculose, ao sarampo e às hepatites.



Roda de Saúde sobre a Doença do Verme da Guiné, com a participação do Carter Center e do IFAD.



Roda de Saúde sobre a Cobertura Universal de Saúde, com a participação do UNICEF, UNFPA e da UPRA.



Equipa da Organização Mundial da Saúde em Angola com o Director Regional da OMS para África, Dr. Mohamed Janabi.

Governança em Saúde

Em 2025, a OMS Angola implementou o seu plano de trabalho com um elevado nível de disciplina financeira e enfoque estratégico, alcançando uma taxa global de execução de 94% dos fundos disponíveis. Do total de financiamento disponível para o plano de trabalho, 84% dos custos planeados foram financiados, demonstrando um desempenho sólido na mobilização de recursos num contexto global de financiamento desafiante.

A estrutura financeira do plano de trabalho evidencia um equilíbrio entre a execução programática e os recursos humanos. As actividades representaram aproximadamente dois terços da despesa total, enquanto os custos com pessoal corresponderam a cerca de um terço, sublinhando a ênfase da OMS Angola na assistência técnica, nas operações no terreno e na prestação de serviços, apoiadas pela força de trabalho necessária para implementar eficazmente essas actividades. As taxas de execução foram elevadas em ambos os componentes, com os custos de pessoal a atingirem 93% de execução e as actividades 95%, indicando uma forte capacidade de implementação.

Do ponto de vista programático, os padrões de despesa reflectem claramente as prioridades estratégicas da OMS Angola em 2025. A maior parcela dos recursos foi direccionada para a erradicação da Polio, que representou a maior proporção individual da despesa, com uma taxa de execução próxima da absorção total. Seguiram-se a Cobertura Universal de Saúde e as Emergências de Saúde, que, em conjunto, representaram uma parte substancial dos recursos planeados e executados, evidenciando o duplo enfoque da OMS no reforço dos sistemas de saúde e na manutenção da capacidade de preparação e resposta a emergências de saúde pública.

As Funções de Apoio também representaram um componente significativo da despesa, reflectindo investimentos em coordenação, administração, logística e apoio operacional essenciais para a execução dos programas em todo o país. As actividades de Promoção da Saúde, embora representassem um envelope financeiro mais reduzido, foram totalmente planeadas e implementadas, indicando intervenções direccionadas e focalizadas.



Recursos Humanos realiza formação sobre o BMS para todos os colaboradores.

5.1. Recursos Humanos

No final de 2025, a OMS Angola mantinha uma força de trabalho sólida e diversificada, tendo simultaneamente passado por ajustamentos significativos de pessoal, resultantes de uma combinação de reestruturação organizacional, evolução das necessidades programáticas, realidades de financiamento e transições naturais de pessoal. Estes ajustamentos envolveram mais de 40 colaboradores. O Escritório do País manteve-se sediado em Luanda, com uma presença operacional sustentada em Luanda, Huambo, Uíge, Huíla, Bié, Cuanza Sul e Cunene, reforçando a posição da OMS como a agência das Nações Unidas com a mais ampla presença geográfica em Angola em termos de representação provincial. Esta presença descentralizada tem sido fundamental para a implementação dos programas, particularmente em áreas prioritárias como a erradicação da Poliomielite, as Emergências de Saúde e a Vigilância, permitindo um apoio técnico e operacional atempado às autoridades provinciais e municipais de saúde.

Durante o surto de cólera, o Programa de Emergências reforçou temporariamente a sua capacidade com pessoal adicional de carácter temporário, assegurando a rápida expansão das actividades de coordenação, vigilância, logística e resposta. De forma geral, a distribuição e a profundidade técnica da força de trabalho da OMS Angola evidenciam a forte capacidade de recursos humanos da Organização e a sua capacidade de actuar em escala em todo o país, mesmo em contextos complexos de emergência e com limitações de recursos.

5.2. Formação e Desenvolvimento do Pessoal

No contexto da implementação do Business Management System (BMS) e em estreita colaboração com a AFRO BMS Unit, o Escritório da OMS em Angola realizou, ao longo de 2025, um

conjunto de actividades de capacitação destinadas a reforçar a prontidão do pessoal e a eficiência operacional. Estas iniciativas visaram assegurar que os colaboradores estivessem devidamente preparados para a transição para o novo sistema e dotados das competências necessárias para apoiar a execução eficaz dos programas.

Ao longo do ano, foram realizadas duas formações-chave:

- **Formação BMS: Planeamento Operacional e Implementação do SPM (Fase 1 de 2)**

Realizada em 14 de Outubro de 2025, esta formação reuniu gestores de programas e assistentes de programas, com enfoque no reforço da compreensão do quadro de planeamento operacional do SPM e no desenvolvimento da capacidade de aplicação das ferramentas e metodologias associadas à implementação da Fase 1.

- **AF-BMS-HCM User Experience (UX) Lab – Angola**

Lançado em 12 de Junho de 2025, este processo envolveu todo o pessoal num exercício participativo centrado na melhoria da experiência do utilizador no módulo de Gestão de Recursos Humanos (HCM) do BMS. O UX Lab permitiu testar funcionalidades do sistema, recolher contributos dos utilizadores e apoiar o aperfeiçoamento da plataforma de acordo com as necessidades operacionais.

Estas acções reflectem o compromisso contínuo da OMS em Angola com o desenvolvimento do seu pessoal, o reforço das capacidades institucionais e a garantia de uma transição eficaz e eficiente para o novo ambiente do BMS, em apoio à prestação de resultados programáticos de qualidade.



Equipa da Organização Mundial da Saúde em Angola com o Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Agradecimentos

A OMS em Angola expressa o seu profundo agradecimento ao Governo de Angola, em particular ao Ministério da Saúde, pela liderança, colaboração e confiança ao longo de 2025. Os progressos alcançados na resposta a emergências, no fortalecimento de políticas, capacidades e serviços de saúde resultaram do compromisso contínuo das instituições nacionais, das autoridades provinciais e municipais e dos profissionais de saúde em todo o país.

A OMS reconhece igualmente o apoio dos parceiros técnicos e financeiros, do Sistema das Nações Unidas, do sector privado, da sociedade civil, da academia, dos líderes comunitários, dos meios de comunicação social e dos voluntários, cuja contribuição foi essencial para ampliar o impacto das intervenções e aproximar a resposta das comunidades.

Por fim, a OMS presta homenagem aos profissionais de saúde e agradece aos funcionários e colaboradores da OMS em Angola pela dedicação, profissionalismo e resiliência demonstrados ao longo do ano. Em conjunto, estes esforços contribuem para o avanço de um sistema de saúde mais forte, equitativo e preparado para o futuro.



Sua Excelência Ministra da Saúde de Angola, Dra. Sílvia Lutucuta, e o Director-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Obrigado!



Organização Mundial da Saúde em Angola

Estrada Direita da Samba, Condomínio Rosalinda,
Bloco C, Edifício da ONU CP/P.O.Box:3243

Mobile: (+244) 927 308 047/ 928 868 000

Web: www.who.int | Email: afwcoaowr@who.int

 @OMSAngola  @oms_angola  @AngolaOms



**Organização
Mundial da Saúde**
Angola